

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.360.922 - MG (2018/0233382-1)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : J V DE G
ADVOGADOS : MARIA FLÁVIA CARDOSO MÁXIMO - MG096280
JACOB LOPES DE CASTRO MAXIMO - MG015975N
AGRAVADO : R B
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO AGOSTINI FILHO - MG071949
RODRIGO BRANDÃO CASTELO BRANCO - MG074438
ISIS DE SOUZA ARAUJO - MG043653N

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E RECURSO ESPECIAL MANEJADOS SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COISA JULGADA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. EXATIDÃO DO VALOR DEVIDO. DEFINIÇÃO DOS LIMITES DO CÁLCULO. ERRO NA PERÍCIA NÃO APONTADO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA Nº 283 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo de instrumento interposto que deu origem a este recurso, pode-se inferir que R.B. (R.B.) propôs ação contra J.V.DE G. (J.V.DE G.), tendo as partes firmado acordo homologado pelo Juízo.

No curso da demanda, considerando o cumprimento do acordo, J.V.DE G. pediu o deferimento de tutela específica consistente na adjudicação do imóvel descrito nos autos.

O Juízo de piso condicionou a expedição de carta de adjudicação à comprovação do pagamento de R\$ 223.051,32 (duzentos e vinte e três mil, cinquenta e um reais e trinta e dois centavos) por J.V.DE.G. para R.B., conforme valor apurado em perícia judicial (e-STJ, fls. 16/22).

Essa decisão interlocutória foi desafiada por agravo, na forma de instrumento, no qual J.V.DE G. sustentou que houve violação da coisa julgada, ao condicionar a expedição da carta de adjudicação ao pagamento da quantia de R\$ 223.051,32 (duzentos e vinte e três mil, cinquenta e um reais e trinta e dois centavos). Afirmou que efetuou pagamentos pelo financiamento que totalizam R\$ 290.531,44

(duzentos e noventa mil, quinhentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos) e assumiu o saldo devedor junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 28.383,93 (vinte e oito mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos). Ademais, o laudo pericial utilizado pelo julgador para apontar o valor devido a R.B. pelo imóvel não aplicou sobre os valores pagos com exclusividade a título de financiamento do referido bem os consectários legais.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso de agravo na forma de instrumento interposto por J.V.DE G., com a seguinte ementa:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PEDIDO DE ADJUDICAÇÃO DE IMÓVEL - ACORDO HOMOLOGADO - FIXAÇÃO DO VALOR DE AQUISIÇÃO DO BEM POR UMA DAS PARTES COM PREVISÃO DE ABATIMENTO DAS PRESTAÇÕES DE FINANCIAMENTO PAGAS EXCLUSIVAMENTE POR ESTA E DO SALDO REMANESCENTE DO FINANCIAMENTO - PERÍCIA - APURAÇÃO DO VALOR DEVIDO - VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA - INOCORRÊNCIA - INSUFICIÊNCIA DA QUANTIA DEPOSITADA JUDICIALMENTE PELA REQUERENTE - RECURSO DESPROVIDO.

- Tendo em vista que o acordo executado estabeleceu que a ora agravante, para comprar o imóvel do agravado, deveria lhe pagar R\$400.000,00, descontados os valores por ela quitados, de forma exclusiva, a título de prestações do financiamento e o saldo devedor do financiamento, deve ser confirmada a decisão que, em de cumprimento de sentença, condiciona a adjudicação do referido imóvel ao pagamento do valor apurado pela perícia elabora por profissional imparcial e com conhecimento técnico, a qual se restringiu às estipulações contidas no título executivo (e-STJ, fl.360).

Os embargos de declaração opostos por J.V. DE G. e R. B. foram rejeitados (e-STJ, fls. 378/382, 391/394 e 405/411).

Irresignada, J.V. DE G. interpôs recurso especial (e-STJ, fls. 415/424), com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação do art. 502 do NCPC, ao sustentar que houve violação à coisa julgada, uma vez que o acordo firmado entre as partes e homologado judicialmente não estipulava a realização de prova pericial para apuração de valores, apenas previa que se o imóvel não fosse vendido em 120 dias, seria comprado por R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), com o abatimento da quantia paga exclusivamente por ela, a título de prestações do financiamento do imóvel e o saldo do financiamento.

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas (e-STJ, fls. 447/459).

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais inadmitiu o apelo nobre diante da incidência das Súmulas nºs 7 desta Corte e 283 do STF (e-STJ, fls. 465/467).

Nas razões do agravo em recurso especial, J.V. DE G. aduziu que não se aplicam, ao caso, as Súmulas nºs 7 do STJ e 283 do STF (e-STJ, fls. 469/479).

A contraminuta ao agravo em recurso especial não foi apresentada (e-STJ, fl. 490).

Em atendimento ao art. 1.042, § 4º, do NCPC, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais manteve a decisão agravada (e-STJ, fl. 491).

R.B. apresentou memorial (e-STJ, fls. 495/507).

Intimado, o Ministério Público Federal apresentou parecer pelo não provimento do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 518/521).

É o relatório.

DECIDO.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A irresignação não comporta acolhimento.

O Tribunal de origem, soberano na análise do conteúdo fático-probatório, asseverou, dentre outras, que não houve violação à coisa julgada porque não foi determinado o valor exato que a parte recorrente deveria pagar a R.B. para adquirir o imóvel. Ademais, o laudo pericial estipulou o valor devido considerando os termos do acordo firmado entre as partes: os abatimentos das prestações de financiamento pagas exclusivamente pela parte recorrente, do saldo devedor do financiamento e das quantias depositadas em juízo.

Por seu turno, J.V.DE G., nas razões do recurso especial, alegou que com a homologação do acordo foi formado o título executivo, de forma que a liquidação deve se dar nestes exatos termos, estando impedido o Juiz de estipular cláusulas restritivas

ao acordo homologado, sob pena de afrontar a coisa julgada, como no presente caso. Asseverou, ainda, que não foi determinada a apuração de valores por perícia.

Ou seja, nada mencionou acerca de não haver na liquidação de sentença coisa julgada sobre o valor exato que J.V.DE G. deveria pagar a R.B., uma vez que o acordo entabulado entre as partes e que foi seguido pela perícia se limitou a determinar que além do saldo devedor do financiamento, fossem descontadas do valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), as parcelas quitadas exclusivamente pela parte recorrente, considerando que o financiamento foi comum até fevereiro de 2002 e exclusivo de J.V. DE G. após esta data, de forma que, em não havendo definição sobre este ponto no título executado, não se pode falar em violação à coisa julgada. Também nada foi dito sobre o argumento de que o agravo não continha alegação e prova indicativa de erro da perícia quanto às parcelas que foram quitadas exclusivamente pela parte recorrente.

De forma que, sem impugnar especificamente os fundamentos do acórdão recorrido, incide, à espécie, a Súmula nº 283 do STF.

A propósito, vejam-se os seguintes julgados:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. COMPRA E VENDA. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. FORÇA MAIOR NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. MULTA CONTRATUAL. INVERSÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 83 DO STJ. PRINCÍPIOS DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL E BOA-FÉ. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA Nº 283 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

5. A ausência de impugnação de fundamento válido e autônomo do acórdão atrai a incidência da Súmula nº 283 do STF.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 929.972/MG, de minha relatoria, Terceira Turma, j. 13/12/2016, DJe 14/2/2017 - sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO - ACC. NATUREZA EXTRACONCURSAL. ART. 49, §4º, DA LEI Nº 11.101/2005. SÚMULA Nº 83/STJ. TRANSCURSO DO PRAZO DE SUSPENSÃO. PLANO HOMOLOGADO. FUNDAMENTOS. SÚMULA Nº 283/STF.DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. *A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal - Súmula nº 283/STF.*

3. *Agravo interno não provido.*

(AgInt no REsp 1.258.939/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 14/3/2017, DJe 20/3/2017 - sem destaque no original)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC, c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 77, §§ 1º e 2º, 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator